
TRÁFICO DE ESCRAVOS, POPULAÇÃO E ECONOMIA NO MARANHÃO DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Slave trade, population and economy in Maranhão during the first half of the 19th century

Renato Leite Marcondes

Economista. Doutor em Economia. Docente do Departamento de Economia. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEARP. Universidade de São Paulo – USP. Av. Bandeirantes, 3900. Ribeirão Preto – SP. rlmrcon@usp.br

Lélio Luiz de Oliveira

Graduação em História. Doutor em História Econômica. Docente do FEARP/USP. lelio@fearp.usp.br

Resumo: A partir da primeira década do Império brasileiro, a estagnação das exportações e a acentuada retração do tráfico Atlântico produziram grandes alterações na dinâmica populacional dos escravizados da Província do Maranhão. Objetivamos analisar essas mudanças por meio do perfil demográfico dos escravizados, principalmente africanos, em cinco vilas do interior da província na primeira metade do século XIX. O recenseamento dos escravos de 1848 forneceu dados individualizados por cativo (microdados), permitindo distinguir os originários da África dos “nacionais”. Calcados principalmente nessa fonte e em comparações com outras já disponíveis, analisamos as transformações demográficas e econômicas maranhenses. Ao analisarmos a proporção de africanos no total de cativos segundo as idades em 1848, notamos uma crescente participação deles à medida do incremento etário, revelando movimentos migratórios decrescentes na primeira metade do século XIX.

Palavras-chave: escravidão; África; Maranhão; algodão; idades dos escravizados.

Abstract: From the first decade of the Brazilian Empire, the stagnation of exports and the sharp retraction of the Atlantic traffic produced great changes in the population dynamics of the enslaved people in the province of Maranhão. We aim to analyze these changes through the demographic profile of slaves, mainly Africans, in five villages in the interior of the province in the first half of the 19th century. The 1848 slave census provided individualized data by captive (micro data), making it possible to distinguish those originating in Africa from “nationals”. Based mainly on this source and in comparisons with others already available, we analyze the demographic and economic changes in Maranhão. When analyzing the proportion of Africans in the total number of captives according to age in 1848, we noticed an increasing participation of them as the age increased, revealing decreasing immigration movements in the first half of the 19th century.

Keywords: slavery; Africa; Maranhão; cotton; ages.

1 INTRODUÇÃO

A escravidão moderna fundamentou-se no tráfico Atlântico e na capacidade reprodutiva dos escravos¹. Ao combinar esses dois meios de formas distintas, conseguiu atender às demandas da economia para cada realidade específica. Os fluxos de pessoas submetidas à escravidão desde a África até o Brasil são conhecidos na literatura, especialmente a partir dos bancos de dados das viagens transatlânticas, embora existam lacunas nessas informações.² Dos principais portos de desembarque, a distribuição dos recém-chegados ocorria de acordo com a dinâmica econômica das regiões de destino. A distribuição desses africanos pelo Brasil mostra-se menos conhecida, pois os informes demográficos de caráter censitário dessa época, atualmente disponíveis, são escassos e muitas vezes fragmentados nas suas informações.³ Tais dificuldades com os dados mostram-se ainda mais evidentes para o Maranhão.

O nosso objetivo é compreender a demografia e a economia maranhense desde o final do século XVIII até meado do XIX, por meio dos censos populacionais combinados ao tráfico Atlântico e às exportações. O estudo fundamenta-se nos movimentos migratórios de africanos anteriores ao levantamento demográfico de 1848 do Maranhão, complementado pelos informes mais agregados de outros censos. Como a dinâmica do tráfico produz alterações no perfil e na capacidade reprodutiva da população escravizada, a análise dos censos reflete tais mudanças, seja de gênero, seja de idades, seja da origem. Esses movimentos demográficos revelaram-se explicados pelo dinamismo econômico maranhense e, vice-versa, em razão da economia da Província depender do afluxo de escravos. Desde o final do século XVIII, essa região desenvolveu uma estrutura produtiva sustentada no cultivo do arroz e principalmente do algodão, baseada em grande medida no emprego de braços cativos.

Para efetuar uma análise mais aprofundada, lançamos mão do recenseamento dos escravos de 1848, realizado para várias localidades do Maranhão, que fornece dados individualizados por escravo (microdados). Seleccionamos os levantamentos das vilas que fornecem os gêneros, as idades e as origens dos cativos. As informações etárias dos escravizados como um todo e dos africanos nos permitem compreender os movimentos dessa população originária da África até 1848. O fluxo de escravizados reconstituído a partir do levantamento demográfico será comparado com os dados do tráfico Atlântico, das exportações e do perfil populacional para outros anos. Destarte, o cruzamento de informes de diferentes documentos forma um quadro mais amplo das transformações demográficas e econômicas maranhenses.

Como a literatura evidencia, o fluxo de africanos via tráfico Atlântico concentrou-se numericamente em homens jovens.⁴ De outro lado, assumimos a hipótese de que havia semelhança das taxas de mortalidade, alforria e migração entre os escravos de mesma idade, mas de diferentes origens: África e Brasil. A partir dessa evidência e hipótese, a participação dos africanos e a razão de sexo entre os cativos de acordo com as suas idades nos permitem entender, *grosso modo*, os movimentos de chegada dessas pessoas relativamente à população escrava já estabelecida na região em anos anteriores a 1848. Desse modo, levantamentos populacionais numericamente expressivos que compreendam os escravos, seus nomes (que permitem inferir o gênero), idades e origens podem nos ajudar a perceber a dinâmica retrospectiva dos fluxos de africanos. Tal resultado será uti-

1 A escravidão moderna adquiriu uma nova dimensão espacial e demográfica na América desde o século XVI. A partir do final do século XVIII, a Revolução Industrial na Inglaterra e, por consequência, a hegemonia britânica, conduziram a reconfiguração profunda da economia mundial, demandando crescentemente novas matérias-primas, inclusive o algodão. A chamada segunda escravidão compreende a expansão de determinadas regiões produtoras na América para atender a essa demanda, lançando mão em maiores escalas de braços cativos (TOMICH, 2011 e MARQUESE; SALLES, 2016). O Maranhão integrou-se a essa segunda escravidão, fornecendo o algodão principalmente para a Inglaterra.

2 As informações sobre o tráfico Atlântico de escravizados podem ser acessadas neste site: <https://www.slavevoyages.org>.

3 Muitos não fornecem a origem e a idade dos cativos simultaneamente.

4 Segundo o site Slave Voyages, em 202 viagens para o Brasil, das quais se dispõe de informes do sexo dos cativos, dois terços eram machos. Segundo Herbert Klein (1987), havia grande predominância numérica de homens e adultos no tráfico e era pequena a participação de crianças.

lizado de forma complementar aos informes do tráfico Atlântico e comparativo aos demográficos mais agregados disponíveis para outros anos, bem como as exportações maranhenses.

Infelizmente, apenas cinco localidades do Maranhão apresentavam informes de naturalidade dos escravos de forma mais completa: as vilas de Caixas, Codó, Vargem Grande do Iguará e Tutóia Tutóia e a freguesia de São João de Cortes. No Mapa 1 em anexo, podemos observar a localização delas, sendo as duas primeiras mais interioranas, às margens do Rio Itapecuru, a terceira no Rio Munim, próximo a Manga, a quarta no litoral, próximo à província do Piauí e a última na foz do Rio Peri-açu, em frente a Guimarães. Essas localidades forneceram uma amostra de microdados de suporte ao nosso estudo, compreendendo 6.302 escravos recenseados, dos quais 1.491 africanos de nascimento. Os resultados alcançados neste trabalho ajudam a compreender a dinâmica populacional escrava anterior a 1848, confrontando outros informes econômicos e demográficos.

Na primeira seção do artigo, apresentamos as fontes utilizadas e qualificamos as informações econômicas e principalmente demográficas do nosso estudo: 1821, 1838, 1848 e 1872. Posteriormente, discutimos os fluxos econômicos maranhenses por meio mormente das exportações e do tráfico Atlântico de cativos desde o final do século XVIII até o meado do XIX. Na seção seguinte, apresentamos a dinâmica populacional maranhense e seu perfil desde 1798 até 1872, destacando o contingente escravizado. Na quarta seção, após construir um quadro mais geral dos movimentos econômicos e demográficos, centramos a discussão nas cinco localidades selecionadas, salientando o perfil de gênero e etário dos cativos nascidos na África ou no Brasil em 1848. Destacamos a participação dos africanos e a razão de sexo dos escravos de acordo com suas idades, a fim de aprimorar o entendimento dos fluxos imigratórios combinados à capacidade reprodutiva dos cativos. Por fim, apresentamos, na última seção, a “origem” dos africanos segundo as diferentes regiões de embarque na África, associando o perfil demográfico ao afluxo de escravos para o Maranhão.

2 FONTES E DADOS

A principal fonte primária utilizada foi o levantamento dos escravos do Maranhão de 1848. Tal documentação derivou de uma tentativa do presidente de província de responder a um contexto turbulento anterior, marcado principalmente pela Revolta da Balaiada (1838-41), que teve a participação ativa dos escravizados (SANTOS, 1983; ASSUNÇÃO, 2015). O governo provincial procurou conhecer a população, levantando informações demográficas e principalmente dos cativos. A lei de 1847 determinou a elaboração de uma relação nominal dos escravos, informando idade, cor e sinais salientes.⁵ Os Juizes de Paz receberam as relações dos senhores de escravos e produziram Mapas destinados ao Chefe de Polícia. A documentação decorreu da necessidade de mais informações demográficas para o controle policial sobre os escravos e o próprio desenvolvimento da província. As relações dos escravizados e os Mapas constituem um precioso levantamento demográfico para uma região que dispõe de poucas fontes desse formato. A fonte encontra-se disponível no Arquivo Público do Estado do Maranhão.⁶ Conseguimos localizar 11 informes para diferentes vilas, selecionando para análise mais acurada as que apresentavam conjuntamente dados de origem e idades dos escravos.

As informações disponíveis na documentação utilizada para 1848 não são padronizadas. Contudo, para as cinco localidades selecionadas, há as informações básicas necessárias para o nosso estudo, que são: número sequencial, nome do escravo (a partir do qual definimos o gênero) e do proprietário, bem como idade e a “naturalidade” (ou “nação”) do escravo.⁷ Apesar da denominação

5 Lei provincial 236 de 20 de agosto de 1847. No artigo 14 a lei colocava: “os senhores de escravos e administradores de qualquer estabelecimento de escravatura [...] darão uma Relação Nominal e exata de escravos que possuírem, ou administrarem, indicando sua cor, idade aproximada, e sinais mais salientes ou notáveis, que os seus respectivos escravos tiverem, ao Juiz de Paz” (apud RODRIGUES, 2018, p. 16).

6 Agradecemos à FAP-DF, que possibilitou a consulta da documentação no Arquivo Público.

7 Não conseguimos identificar o sexo a partir dos nomes para seis escravos –para os quais não foram informados ou não passíveis de leitura. Ademais, também não foi possível identificar a “naturalidade” para 314 cativos e a idade para 86 escravos.

de “nação” ou “naturalidade”, a informação compreendeu os nascidos no Brasil, referidos como crioulos, e os africanos, como de “nação” ou de determinada região da África.⁸ No caso de Cortes, o Mapa do Juiz de Paz informa adicionalmente a cor (ex: preto, cafuzo etc.), sinais (ex: encorpado, magro etc.) e altura (ex: regular). Para Tutóia, o Juiz de Paz do primeiro distrito enviou o Mapa que fornece apenas informações básicas da pesquisa, já descritas acima. O Juiz de Paz do primeiro distrito de Caxias incluiu cor, profissão (ex: roça, pedreiro etc.) e observações. Para Codó, quem apresentou os informes foram os senhores dos cativos, que acrescentam em relação aos itens acima: cor e observações.⁹ Por fim, em Iguará o Juiz de Paz forneceu cor e sinais ou observações. No Mapa 1 em anexo, as vilas em estudo estão referidas, à exceção de Iguará, que está ao sul de Manga e a Aldeia de Cortes, que era distrito de Alcântara.

Para uma crítica da principal fonte utilizada, pretendemos analisar as informações das idades, que constituem um ponto fundamental da nossa pesquisa. Utilizamos a metodologia proposta por Nozoe e Costa (1992).¹⁰ As idades podem ser um instrumento de avaliação das fontes primárias demográficas, tomando como base alguns informes em que a própria pessoa adulta declarava sua idade, comparando com os outros em que a idade era imputada. Os recenseadores ou senhores de escravos imputavam as idades. Desse modo, a distribuição dos dígitos finais das idades (de 0 a 9 anos) pode diferir do padrão de referência, para o qual cada dígito final das idades deveria ter proporções semelhantes. A imprecisão nas declarações pode levar a concentração das idades em alguns dígitos finais, geralmente 0 e 5.

No intento de avaliar o documento fundamental de nossa pesquisa, efetuamos a análise das idades para os dados dos escravos de 1848 das cinco localidades do Maranhão. Restringimo-nos apenas aos escravos com idades de 20 a 69 anos, excluindo as crianças e os mais idosos como recomenda a literatura.¹¹ Apresentamos os dados para os escravos por sexo, destacando os africanos, segundo a participação do dígito final 0 e dois índices de Whipple e Myers, que medem o afastamento do padrão de referência das idades.¹² Os resultados da Tabela 1 apontam para a grande concentração no dígito final 0, principalmente para os africanos. Essa diferenciação dos africanos relativamente à totalidade dos escravos permaneceu ao calcular os outros dois índices. Ademais, notamos uma pequena diferença dos dados entre homens e mulheres, apontando melhores informações para as últimas. Na literatura existem poucos estudos que computaram esses indicadores para os escravos. Nozoe e Costa (1992, p. 181) verificaram, para a paróquia de Antônio Dias em Minas Gerais (1804), resultados relativamente piores que os aqui fornecidos.¹³

8 Ver Tabela 1 no anexo para as origens dos escravos.

9 No caso de Codó, as informações compreendem apenas relações individuais de escravos pelos seus proprietários, que estão mais sujeitas a lacunas por conta de alguma perda de documentação. Assim, há o problema de sub-registro em relação ao total da população escrava para o qual não podemos estimar o montante.

10 Os autores salientam que a idade é um conceito cultural e histórico, que pode variar no tempo e espaço analisado.

11 Os autores utilizaram as idades de 23 a 62 anos (NOZOE; COSTA, 1992, p. 178). Rodarte e Barbieri (1998, p. 1465) selecionaram os com idades de 10 a 69 anos.

12 Nozoe e Costa (1992, p.179) explicam o cálculo dos índices, sendo que Whipple expressa “a concentração nos dois dígitos mais frequentes, no caso em tela, 0 e 5 ou 8. Por fim, valemo-nos do índice de Myers, mediante o qual se apreende o grau de afastamento global do conjunto observado de terminações vis-à-vis a frequência relativa esperada caso a distribuição fosse perfeitamente homogênea entre os dígitos possíveis.”

13 Efetuamos análise comparativa com informes para Minas Gerais e São Paulo, ver Luna, Klein, Oliveira e Marcondes (2021).

Tabela 1 – Resultados para as idades imputadas para os escravos de 20 a 69 anos, segundo origem e sexo (Cortes, Codó, Caxias, Tutóia e Vargem Grande, 1848)

Indicadores	Escravos			Africanos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Número de cativos	2.060	1.846	3.907 ^a	822	535	1.357
% Dígito final 0	39,3%	38,1%	38,8%	47,0%	43,7%	45,70%
Índice de Whipple	289,08	282,77	286,15	326,64	309,35	319,82
Índice de Myers	58,54	56,27	74,46	73,92	67,48	87,93

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão. Mapas e relações dos escravos de 1848.

Notas: a) Há um escravo do qual não foi possível determinar o sexo;

Obs: Índice de Whipple varia de 100 (que os dois dígitos finais mais frequentes representam 20% do total) a 500 (que os dois dígitos finais mais frequentes representam 100% do total). Índice de Myers varia de 0 (que todos os dígitos finais têm a mesma representação de 10%) a 180 (que um dígito final representa 100% do total).

Para o Maranhão, utilizamos adicionalmente as informações das viagens transatlânticas de escravos, disponíveis no site *Slave Voyages*. Tais dados não são completos e possivelmente apresentam representatividade distinta no tempo. Não há informações para vários anos posteriores à Independência do Brasil, evidenciando a existência de subnotificação das viagens para o Maranhão. Possivelmente, havia ausência de viagens anteriores também.¹⁴ As fontes demográficas e econômicas complementares mais agregadas do Maranhão referem-se aos anos de 1821 e 1838.¹⁵ Todas essas não disponibilizam microdados, abarcando estatísticas mais agregadas da população livre e cativa. O levantamento de 1821 compreendeu dados populacionais e de produção por freguesias, apresentando informações sobre sexo, cor, estado conjugal e faixas etárias (LAGO, 2001, p. 86-89). A fonte referente ao ano de 1838 fornece as mesmas informações, à exceção dos dados por faixas etárias (MIRANDA, 1841, p. 110). Como não existe nenhum informe da população total do Maranhão para o meado do século XIX, utilizamos, a título de comparação, o primeiro recenseamento do país de 1872, que fornece um conjunto amplo de informações: sexo, estado conjugal, cor, faixas etárias, profissões, nacionalidade, alfabetização etc. (Diretoria Geral de Estatística, 1876). Como esse último é um censo mais recente, planejado e orientado, possivelmente as informações apresentavam maior acurácia. Os períodos de intervalo entre os levantamentos revelaram-se distintos, dificultando a comparabilidade, mas podemos utilizar o crescimento médio anual como forma de minimizar tal questão. Por fim, lançamos mão de diferentes informes disponíveis na literatura para as exportações maranhenses, especialmente os Relatórios dos Presidentes das Províncias, que também dispõem de dados de produção para os municípios. Assim, lançamos mão desses dados para compreender a dinâmica econômica e demográfica, salientando os fluxos imigratórios da população escrava e principalmente africana.

3 EXPORTAÇÕES E TRÁFICO DO MARANHÃO

O movimento imigratório de africanos para o Brasil relacionou-se fortemente ao dinamismo econômico da região de destino desses escravos. Desse modo, precisamos contextualizar a economia maranhense para melhor entender esse afluxo. O Maranhão apresentou um grande *boom* econômico e demográfico ao final do século XVIII e começo do XIX, incorporando novas terras e braços para a produção agrícola. A política pombalina de companhias de comércio desenvolveu a oferta para o exterior de arroz e principalmente algodão (DIAS, 1970; CARREIRA, 1988). A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão de 1755 a 1777 fomentou o tráfico de escravos para a região, introduzindo essa mão de obra vantajosamente financiada. A partir do fi-

14 Silva (2008) apresenta uma série de escravos desembarcados no Maranhão, baseada nessa fonte que nós utilizamos.

15 Ainda utilizamos dados da população escrava total de 1798, fornecidos por Mota e Cunha (2017, p. 470) e de 1861, por Aguiar (1861, Mapa 5). Botelho (2005) forneceu uma estimativa do número de homens e mulheres escravas nesses anos, que nos permitiram calcular a razão de sexo.

nal do século XVIII, a crescente demanda inglesa decorrente da Revolução Industrial favoreceu a expansão das exportações maranhenses de algodão (PEREIRA, 2018a). Para o crescimento da produção houve a chegada de expressivas levas de africanos via tráfico Atlântico até as primeiras décadas do século XIX (SILVA, 2008). Nesse período, o braço escravo sustentou o crescimento da cotonicultura e mesmo de atividades do mercado interno, como as urbanas e agropecuárias (MOTA, 2004). A partir do início do Império, as exportações maranhenses estagnaram, mormente em função da concorrência com o sul dos Estados Unidos (PEREIRA, 2018a).

O Maranhão respondia por parcela significativa das exportações brasileiras, chegando a pouco mais de um décimo do total entre 1796 e 1811 (ARRUDA, 1980, p. 246). O algodão constituía o principal produto de exportação, já respondendo por pouco mais da metade do total em 1776-77. Também se exportavam mantimentos, provavelmente grande parte de arroz. Ao final do século XVIII e início do XIX, a participação relativa do algodão elevou-se a quatro quintos do total enviado ao exterior. De acordo com Lago (2001), ao redor de 1820, a colheita dessa mercadoria destinava-se em sua quase totalidade para exportação (94,9%). Tal proporção da produção também ocorria com os couros (91,1%). Contudo, para o arroz, a realidade era distinta, havia tanto a exportação (43,2%) como principalmente o consumo interno. Outrossim, para muitos outros bens, produção e consumo mostravam-se semelhantes, não indicando exportação ou importação, como milho, peixes, mandioca, feijão e aguardente.

Para o final do período colonial, podemos calcular o valor total da produção agrícola, utilizando o valor médio fornecido por Lago. A soma de toda a produção informada chegou a quase dois mil contos de réis. Verificamos que o algodão respondeu por 46,4% desse total, enquanto o arroz, por 17,1%, a mandioca, 9,9%, e a carne seca, 5,2%. De outro lado, o gado vacum foi estimado em 151.040 cabeças – adicionalmente, havia 21.640 equinos, 3.200 mulas e 7.400 cabras (LAGO, 2001, p. 114-5). Além da produção agrícola própria, a província maranhense mantinha a importação de alguns gêneros por volta de 1820, como de carne seca, em 23,8% do consumo provincial, e de açúcar, em quase a sua totalidade do consumido (20 mil arrobas).

Nas décadas de 1830 e 1840, a parcela do algodão no conjunto das exportações maranhenses diminuiu ligeiramente para cerca de três quartos. Ao final da década de 1850, esse produto ainda respondia por 73,7% das exportações, enquanto os couros secos, 12,1%, e o açúcar, 4,9% (AGUIAR, 1861, Mapa 8 e 9). Apesar da concorrência do sul dos Estados Unidos da América limitar o crescimento das exportações do Maranhão, a produção continuou significativa até o final do século XIX, bem como a participação do algodão no total exportado.¹⁶ Outras atividades desenvolveram-se para o mercado interno, como alimentos, vestuário e artesanais.¹⁷

A expansão produtiva e das exportações deve ser compreendida em conjunto à chegada regular de pessoas escravizadas via tráfico Atlântico para o Maranhão. O desembarque de africanos ocorreu de forma mais intensa entre 1780 e 1830, alcançando uma média superior a mil escravos por ano.¹⁸ No Gráfico 1, observamos, no último quartel do século XVIII, o crescimento do número de africanos desembarcados e das exportações em valor e em quantidade de algodão.¹⁹ Na última década desse século, houve uma retração momentânea dos volumes do tráfico de africanos, mas que não foi acompanhada pelas exportações. Posteriormente, houve um reequilíbrio dessas duas variáveis, compensando a defasagem anterior. Nos primeiros anos do século XIX, o tráfico atingiu os maiores volumes de desembarque no Maranhão, contudo as exportações não avançaram tanto.

16 Além da concorrência do algodão, ocorreram revoltas populares no interior do Maranhão, como a Balaiada de 1838 a 1841.

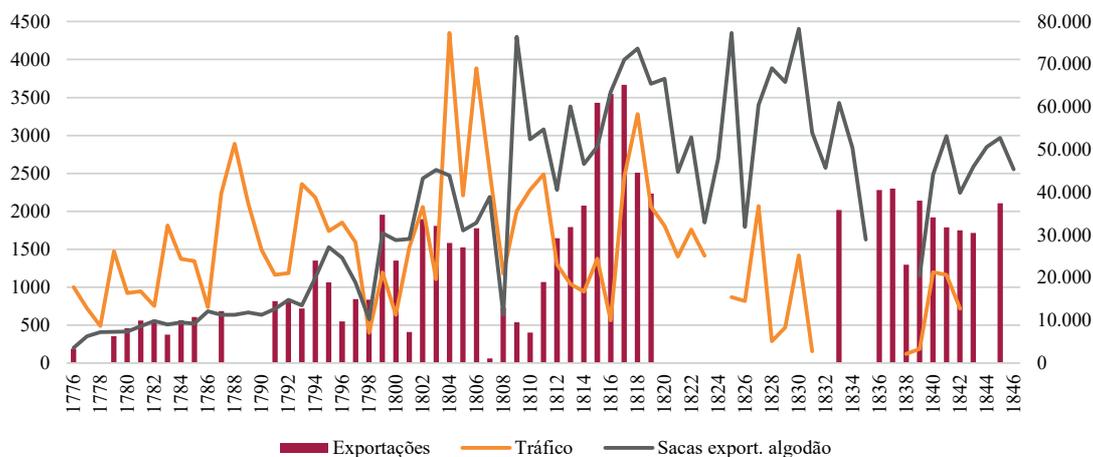
17 Lago (2001, p. 56) ilustrou para o início da década de 1820: “Há diferentes máquinas de descascar arroz, de descaroçar algodão, de fazer açúcar, de destilações e de tecer pano de algodão, todas imperfeitas, e as de arroz quebrando-o muito, e podemos dizer que a força motriz de todas é só a resultante de muitos braços de escravos (...) os teares de tecer pano ordinário de algodão para sacos e camisas de pretos, e ainda existem na província 230 teares.”

18 <http://www.slavevoyages.org>, consultado em 25 de novembro de 2018.

19 A correlação entre as sacas exportadas de algodão e o desembarque de africanos entre 1776 e 1823 atingiu 0,33, sendo significativa.

O contexto das guerras napoleônicas desestruturou proporcionalmente mais as exportações do que o tráfico, especialmente pela redução do preço do algodão (PEREIRA, 2018a, p. 940).

Gráfico 1 – Tráfico de escravos e exportações do Maranhão (1776 a 1846/47)



Fonte: Os valores das exportações estão em contos de réis (cf. Arruda, 1980, p. 244; Gaioso, 1970, p. 218; Viveiros, 1954, p. 126-127; Miranda, 1841, p. 93). A estimativa do tráfico foi feita por Silva (2008, p. 497), baseado nos escravos desembarcados do *The Trans-atlantic slave trade* (<https://www.slavevoyages.org/voyage/database>). Por fim, a exportação de algodão está em sacas (cf. AGUIAR, 1861, Mapa 10). Gráfico elaborado pelos autores.

Na segunda década do século XIX, ocorreu uma extraordinária recuperação dos valores das exportações, chegando o seu ápice no meado da década, sem uma correspondente elevação das quantidades exportadas, indicando um aumento dos preços do algodão, principalmente em função da guerra da Inglaterra com os Estados Unidos de 1812 a 1815 (ASSUNÇÃO, 2000). Tal movimento de recuperação não foi acompanhado pela expansão do tráfico num primeiro momento, provavelmente utilizando a mão de obra chegada em grandes levas no início do século XIX e sob efeito das restrições do tráfico ao norte do Equador (RODRIGUES, 2017). De outro lado, o desembarque de africanos no Maranhão tendeu a decrescer a partir do início do Império. Isso sinaliza que a maior leva de africanos chegou ainda antes da proibição do tráfico de 1831. Não obstante as lacunas de informações do tráfico, possivelmente os últimos desembarques ocorreram na década de 1840. Apesar disso, as exportações mantiveram-se em patamar semelhante ao de 1820, até mesmo em *quantum*. Assim, o declínio do tráfico não impossibilitou a continuidade das exportações, caminhando para o emprego em proporções cada vez menores de africanos e posteriormente até mesmo de escravos no algodão.

4 ESCRAVOS E POPULAÇÃO DO MARANHÃO

Desde o final do século XVIII até a primeira metade do século XIX, a população da capitania e depois província cresceu, seja por meio do tráfico de escravos ou mediante a reprodução natural de livres e cativos. O incremento demográfico expressivo no período sustentou a produção e a exportação. Como podemos observar na Tabela 2, a população total dobrou de 78 mil habitantes em 1798 para 152 mil em 1821, sendo que os escravos cresceram a uma taxa geométrica média anual de 3,7% ao ano, muito superior à dos livres, que aumentou a 2,1% nesse período (MOTA; CUNHA, 2017, p. 470).²⁰ O tráfico possibilitou uma expansão demográfica muito mais elevada dos cativos do que dos livres.

²⁰ Silva (2018, p. 628) apresenta os seguintes percentuais da população escrava no total dos habitantes: 50,1 em 1798 e 55,3% em 1821.

Em 1838, informou-se a presença de 217 mil moradores. A taxa geométrica média anual de crescimento dos escravizados foi de 1,7% ao ano, e a dos livres, de 2,6% entre o último levantamento e o de 1838 (MIRANDA, 1841, p. 110).²¹ A retração do afluxo de africanos produziu uma diminuição expressiva do crescimento demográfico dos escravos. Embora exista essa redução a partir do início do Império, a maior parte da população maranhense manteve-se sob a escravidão pelo menos até 1838, o que não ocorria no restante das províncias brasileiras naquela época (LUNA; KLEIN, 2004). Em termos relativos, os escravizados representavam 46,9% do total dos habitantes em 1798, 55,4% em 1821 e 51,6% em 1838. Isso denotou também o aumento do crescimento vegetativo da população escrava nos anos iniciais do Império, que sustentou a participação relativa deles na população total. O aumento populacional nas primeiras décadas do Império não foi acompanhado pelas exportações do Maranhão, que se mantinham num patamar com oscilações, como visto acima. Desse modo, o valor exportado *per capita* retraiu-se nesse momento.

Tabela 2 – Escravos e população do Maranhão

Ano	Escravos		Razão de Sexo	Escravos		População	
	Homens	Mulheres		Subtotal	Livres	Total	%Escravos
1798	-	-	124 ^b	36.877	41.817	78.694	46,9%
1821	46.686	37.848	123	84.534	68.100	152.634	55,4%
1838	59.733	52.172	114	111.905	105.149	217.054	51,6%
1861	-	-	104 ^a	84.755	227.873	312.628	27,1%
1872	36.889	38.050	97	74.939	284.101	359.040	20,9%

Fonte: 1798 Mota e Cunha (2017, p. 470), 1821 Lago (2001, p. 86-89), 1838 Miranda (1841, p. 110), 1861 Aguiar (1861, Mapa 5).

Obs.: Razão de sexo é o número de homens para cada cem mulheres.

a) Refere-se a 1854, cf. Botelho (2005, p. 78).

b) Refere-se a 1808, cf. Botelho (2005, p. 75).

Para a análise dos movimentos demográficos após 1838, lançamos mão do primeiro censo do Império de 1872. Este último, apesar de mais distante no tempo, possibilita a comparação. O incremento populacional continuou a ocorrer a uma taxa geométrica média anual menor, mas ainda positiva, de 1,5% ao ano, de 1838 a 1872. O contingente livre cresceu a uma taxa de 2,9% ao ano em período idêntico, ligeiramente superior às taxas dos períodos anteriores. Entretanto, os escravos apresentaram uma retração numérica de quase 112 mil pessoas em 1838 para quase 75 mil em 1872, reduzindo-se a uma taxa de cerca de -1% ao ano.²² Desse modo, a participação dos escravos no conjunto da população reduziu-se expressivamente, atingindo 20,9% em 1872.

A variação da população escrava pode ser associada a quatro conjuntos de fatores demográficos: crescimento vegetativo, alforrias, fugas e saldo líquido imigratório da província. O primeiro refere-se à diferença entre nascimentos e mortes dos cativos – quando positiva, conduz ao aumento populacional e vice-versa. Uma ilustração dessa questão encontra-se no Relatório do Presidente da Província de 1849. Ele destacou a falta de braços para a agricultura nesse momento, levantando a questão de melhorar as condições de vida dos escravos e a produtividade:

“(…) mortalidade dos escravos é sempre certa (em tal escala que as produções não podem substituí-la, quer provenha de causas naturais, quer do mau sistema empregado no seu tratamento, que os lavradores por interesse próprio começam, todavia a melhorar. Estas faltas que não têm sido supridas, nem pelo contrabando de africanos, nem pela imensidade de vadios (...) e a saída de porção de escravos para fora dela, e principalmente para as do Sul,” (PENNA, 1849, p. 40-1).

21 Havia uma presença significativa de indígenas na população total recenseada, somando mais de 14 mil habitantes. Salientamos que provavelmente essa deve ser a população indígena aldeada, não considerando os demais silvícolas.

22 Na Matrícula dos escravos de 1872/73, a população escrava era ainda menor, de 63.297, e a razão de sexo era de 95. Botelho (2005) apresentou uma razão de sexo dos escravos para uma estimativa de 1854.

Outro condicionante foi a alforria dos cativos, conduzindo à redução da população submetida à escravidão (RIBEIRO, 1990).²³ As fugas representavam uma diminuição do número de cativos, gerando comunidades quilombolas bastante frequentes no Maranhão (GOMES, 2011). O último condicionante seria o saldo líquido imigratório – se fosse positivo, elevaria o contingente escravizado. No início do século XIX, verificamos um saldo bastante positivo em face dos elevados desembarques de cativos africanos. Contudo, o fluxo de cativos reduziu-se posteriormente, mesmo se desconsiderarmos as lacunas de informações do tráfico Atlântico, como visto no Gráfico 1.

Pelo menos desde a década de 1840, observamos uma saída de escravos do Maranhão para outras províncias, alcançando 5.549 escravos entre 1846 e 1861.²⁴ Podemos verificar um resumo dos três fluxos demográficos cativos para a década de 1860, de acordo com o Relatório do Presidente da Província de 1871. O presidente anotou o nascimento de 6.635 escravos e morte de 5.764 nessa condição, perfazendo um crescimento vegetativo positivo de 871 pessoas, apesar de um provável sub-registro de mortes. Tal incremento natural não foi suficiente para elevar a população escrava do Maranhão, pois houve 4.721 libertados e um fluxo de saída da província de 2.953 pessoas (CASTRO, 1871, p. 16-7).²⁵ Assim, a redução populacional do contingente escravizado teria sido de 6.803 pessoas entre 1860 e 1869.

Os dados mais aprofundados dos levantamentos de caráter censitário nos permitiram uma visão geral do perfil dos cativos. O Mapa da população de 1821 forneceu um conjunto de 84.534 cativos, dos quais a grande maioria de solteiros (75,6%) e de pretos (92,2%) (LAGO, 2001, p. 86-90).²⁶ Desse total de escravos, Lago informa que 82,3% encontravam-se empregados na lavoura (IDEM, p. 115). Apesar da reduzida chegada de pessoas via o tráfico Atlântico nos lustros seguintes, o levantamento demográfico de 1838 mostrou um crescimento do contingente escravizado em relação ao anterior, atingindo um total de quase 112 mil escravos na província (MIRANDA, 1841, p. 110). A grande maioria deles consistia em solteiros, mas havia 15,2% de casados e 4,6% de viúvos.

A razão de sexo dos escravos apresentou uma redução expressiva ao longo do século XIX, como visto na Tabela 2. No início do século, as razões apontaram uma predominância numérica de homens, alcançando uma razão de sexo de 123 em 1821. Posteriormente, a razão de sexo diminuiu para 114 em 1838. A retração do tráfico de africanos, a crescente contribuição do crescimento vegetativo e a emigração de homens produziram uma retração das razões de sexo dos cativos. A acentuada diminuição do tráfico Atlântico e a estagnação das exportações conduziram, ainda na primeira década do Império, uma mudança na dinâmica demográfica escrava maranhense.

5 ESCRAVIDÃO E PRODUÇÃO DAS LOCALIDADES SELECIONADAS

As localidades em estudo (Caxias, Codó, Igarará, Tutóia e Cortes) produziam algodão e arroz, além de farinha, açúcar e milho. Em 1860, quatro dessas localidades produziam 11.250 sacas de algodão, perfazendo 28,9% da colheita da província.²⁷ Para o arroz, a produção era de 160 mil alqueires, respondendo por 29,4% do Maranhão. De outro lado, a produção do principal alimento da população chegou a 113 mil alqueires de farinha, representando 15,0% da fabricação. Apesar de mais direcionado para o mercado interno, o fabrico de açúcar mostrou-se menos representativo

23 Assunção (1999, p. 9) coloca a doação de terras aos escravos por fazendeiros endividados e portugueses que se retiraram no período da Independência, formando comunidades negras. De outro lado, Lopes (2013, p. 78) afirma a grande predominância feminina nas ações de liberdade de São Luís e Alcântara após 1860.

24 Aguiar (1861, Tabela 12). Possivelmente, havia uma predominância de jovens e homens nesse fluxo. Ademais, havia uma taxa sobre os escravos exportados para fora da província, que se mostrava crescente na década de 1850.

25 O presidente menciona a criação de uma Sociedade Libertadora 28 de julho, em 1869.

26 O censo considerou apenas os com idades de cinco ou mais anos. As crianças de 5 a 15 anos perfaziam 26,2% do total.

27 Não há informações de produção agrícola e pecuária para São João de Cortes, que era uma freguesia de população menor do que as demais, cf. Aguiar (1861, Mapa 6). Saint-Adolphe (1845, v. 2, p. 559-560) afirmou, para Cortes, na década de 1840: “Suas terras são mui produtivas, e, todavia, apenas se os seus moradores colhem o arroz e mandioca de que hão mister, e algum algodão que exportam para a cidade de São Luiz”.

nessas localidades em relação ao conjunto da província (5,6% do total). Entre as localidades, a principal produtora de algodão e arroz foi Codó, colhendo mais da metade da produção dos dois principais bens de exportação (6,8 mil sacas do primeiro bem e 110 mil do segundo). Para a pecuária, o total de gado “afazendado” foi estimado em 25.800 animais por ano, correspondendo a 8,8% da província (AGUIAR, 1861; Mapa 11). Desse modo, essas localidades em estudo mantinham maior presença relativa da cotonicultura e rizicultura, mais voltadas para a exportação, do que a criação de gado e a produção de farinha e açúcar, mais destinadas ao mercado interno.

Das quatro vilas e uma freguesia em estudo, localizamos quatro no levantamento de 1838, à exceção de Codó, sobre a qual não havia informação. Os escravos recenseados alcançaram pouco mais de 18 mil pessoas, representando 16,3% do total da província. Esses últimos representavam 40,8% da população total daquelas quatro localidades, perfazendo uma parcela pouco menor do que a participação dos escravos nos habitantes do Maranhão. A razão de sexo mostrou-se superior à da província, chegando a 127. A presença de casados e viúvos alcançou participação maior do que na província, alçando 18,3% para os primeiros e 10,9% para os segundos.

Posteriormente, em 1860, a população escrava estimada das quatro vilas em questão chegou a 16.021 cativos, à exceção de Cortes (cf. AGUIAR, 1861, Mapa 5). Esse contingente representava 18,9% do total dos escravos da província. Em relação ao conjunto dos habitantes das vilas, a proporção de cativos reduziu-se a 29,3% do total. Desse modo, apesar da diferença de localidades com informes demográficos nos anos de 1838 e 1860, notamos uma retração populacional dos escravos, como da própria província. Destarte, a representatividade dos escravos dessas vilas correspondeu a pouco menos de um quinto dos escravos do Maranhão.²⁸

Na Tabela 3, a nossa pesquisa centrou-se na amostra de localidades do levantamento de 1848, que dispõe de microdados (nome, sexo, idade) e informes de naturalidade dos cativos. As cinco localidades em estudo compreenderam, nessa documentação, pouco mais de seis mil escravos. Para os submetidos ao cativo como um todo, houve uma pequena superioridade numérica dos homens, alcançando a razão de sexo 108.²⁹ A idade média mostrou-se semelhante para os homens e mulheres, ao redor de 21 anos.

Tabela 3 – População escrava, com destaque para os africanos, segundo sexo e idade média (Cortes, Codó, Caxias, Tutóia e Vargem Grande, 1848)

Sexo	Escravos		Africanos	
	Total	Idade média	Total	Idade média
Homens	3.275	20,9	911	44,3
Mulheres	3.022	21,1	578	43,8
TOTAL	6.296	21	1.489	44,1
Razão de sexo	108		158	

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão. Mapas e relações dos escravos de 1848.

Obs: Razão de sexo é o número de homens para cada cem mulheres. Há seis escravos para os quais não foi possível identificar o sexo. Só consideramos os escravos com informação de origem africana ou não, excluindo 313 cativos sem esse informe.

Para os africanos dessas localidades, o perfil demográfico revelou-se muito distinto do conjunto da população cativa, tanto em função da sua elevada razão de sexo (158) quanto da idade média, que se mostrou muito superior à dos demais escravos (ao redor dos 44 anos), evidenciando que a maior parte deles teria desembarcado muito antes de 1848. A diferença etária entre homens

28 No censo de 1872, selecionamos as cinco freguesias principais das localidades consideradas na amostra, que não chegaram a alcançar dez mil cativos. Isso revelou uma forte retração da população cativa durante a década de 1860, possivelmente pelo incremento do tráfico interno e das alforrias. A participação dessas freguesias no total dos escravos da província foi um pouco menor do que em 1860, chegando a 12,6%. De outro lado, a proporção de escravos na população total manteve-se em patamar semelhante ao anterior (28,2%). Esse último percentual foi superior ao da província, como visto anteriormente. Desse modo, essas localidades detinham uma presença relativa maior de escravos.

29 Apenas 26,1% dos africanos têm profissão; a maioria, 77,1%, era da lavoura.

e mulheres não ocorria no conjunto do contingente escravo e mesmo africano. Como esperado, o último contingente detinha uma pequena representação de crianças até 14 anos, somente 2,2% do total. Para os escravos como um todo, esse percentual chegou a 28,7%, incrementado com os filhos dos africanos nascidos no Brasil. Os cativos com idade ativa de 15 a 49 anos representavam quase dois terços dos africanos (63,6%), porém essa proporção do total dos escravizados era ligeiramente menor (59,5%). Por fim, os idosos perfaziam 34,2% dos africanos e apenas 11,8% do conjunto dos escravos.

Além da presença menor de crianças e maior de idosos, a representatividade dos africanos produziu uma distinção na razão de sexo para o total dos escravos, como pode ser observado na Tabela 4. O grupo de cinquenta anos ou mais detinha as razões mais elevadas, principalmente para os africanos (179). A entrada de africanos via tráfico Atlântico produziu uma desigualdade numérica entre homens e mulheres, principalmente em relação aos mais idosos. Verificamos que quanto mais elevado o número desembarcado de pessoas, maior o efeito sobre o desequilíbrio da razão de sexo.

Tabela 4 – População escrava segundo sexo e faixas etárias (Cortes, Codó, Caxias, Tutóia e Vargem Grande, 1848)

Faixa etária	Escravos		Razão de sexo	Africanos		Razão de sexo
	Masculino	Feminino		Masculino	Feminino	
0 a 14	912	876	104	23	10	230
15 a 49	1.889	1.815	104	560	386	145
50 ou mais	438	298	147	326	182	179
TOTAL	3.239	2.989	108	909	578	157

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão. Mapas e relações dos escravos de 1848.

Obs: Razão de sexo é o número de homens para cada cem mulheres. Há seis escravos para os quais não foi possível identificar o sexo. Só consideramos os escravos com informação de origem africana ou não, excluindo 313 cativos sem esse informe.

Como já adiantado anteriormente, partimos da evidência da literatura de que o desembarque de africanos se concentrava num perfil específico, principalmente de homens jovens. Por outro lado, assumimos como hipótese que as taxas de sobrevivência, alforria e migração deveriam ser semelhantes para os escravos de mesma idade e distintas origens, especialmente entre os chegados da África com relação aos nascidos no Brasil. Desse modo, a participação dos africanos no total de cativos segundo suas idades possibilita compreender os movimentos imigratórios anteriores ao recenseamento demográfico. Como o tráfico de escravos da África constituiu o mais importante fluxo imigratório no período, a análise da razão de sexo e das idades dos escravos como um todo e dos africanos pode ser um indicativo desse movimento.

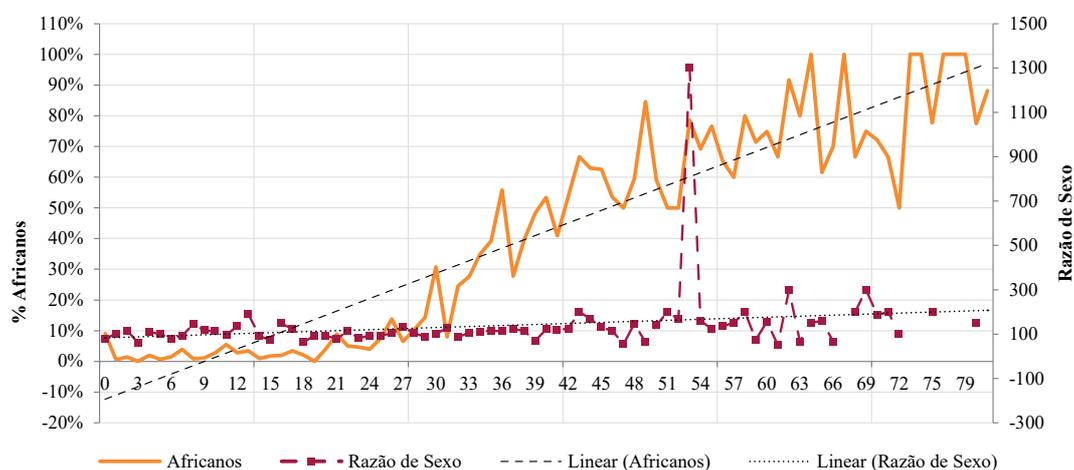
Ao aplicarmos tal hipótese para o levantamento demográfico dos escravos do Maranhão em 1848, verificamos, no Gráfico 2, um comportamento crescente da participação dos africanos no total dos escravos, de acordo com a elevação das idades. Até os vinte anos, não ocorreu aumento da parcela africana, possivelmente pelos desembarques muito reduzidos nos últimos anos antes do levantamento de 1848, não alcançando nem um décimo do total. O incremento gradual e contínuo da parcela de africanos começou após a idade de vinte anos e chegou ao máximo para os maiores de 60 anos, atingindo mais de três quartos do total.

A análise da proporção de africanos nos escravos segundo suas idades no levantamento de 1848 complementa os informes de desembarque do tráfico Atlântico já disponíveis para o Maranhão na primeira metade do século XIX.³⁰ O grande influxo de tráfico no início desse século marcou a parcela de africanos com idades superiores a 60 anos em 1848. Ademais, a retração do tráfico, a

30 Assunção (2015, p. 447) estima que entre 1755 e 1820 entraram 114 mil africanos no Maranhão. Para algumas dezenas de viagens, foi possível estabelecer o perfil dos escravos desembarcados. Ele concentrou-se nos homens, chegando entre 1757 a 1799, a 64,5% do total, e em idade ativa. Desses, as crianças chegaram a representar 19,0% entre 1761 a 1806.

partir da década de 1820, produziu uma redução forte da presença de africanos nas faixas etárias inferiores a 40 anos em 1848. Como pode ser visto no Gráfico, a participação de africanos era de cerca de um décimo do total na faixa etária de vinte anos, aumentando para mais da metade do total nos maiores de quarenta anos de idade. Assim, nesse último recorte, um acréscimo de cerca de vinte anos nas idades conduziu a um crescimento muito expressivo da parcela africana, refletindo a guinada do tráfico na primeira metade do século XIX.

Gráfico 2 – Africanos em relação ao total de escravos e razão de sexo segundo a idade (1848)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão. Mapas e relações dos escravos de 1848. Gráfico elaborado pelos autores.

Obs: Localidades do Maranhão foram Cortes, Codó, Caxias, Tutóia e Vargem Grande.

Eixo da esquerda para a proporção de africanos em percentual e o eixo da direita para a razão de sexo, sendo 100 para igual número de homens e mulheres.

Ainda apresentamos, no Gráfico 2, a razão de sexo dos africanos segundo suas idades, apesar do menor número de observações. Não obstante a grande oscilação das razões, a partir dos vinte anos de idade, quando o efeito do tráfico foi maior, houve um crescimento mais expressivo das razões de sexo³¹. Notamos também uma tendência crescente da razão ao longo do aumento das idades, porém em menor inclinação do que a parcela de africanos.

As informações agregadas do censo de 1872 reforçaram a ideia da rápida transformação demográfica dessas localidades em estudo e mesmo da província, marcada pela retração de africanos e maior dependência do crescimento vegetativo dos cativos para o incremento populacional. Se a participação de africanos era de 23,7% para a amostra em estudo de 1848, esse percentual chegou a apenas 3,9% em 1872 para as cinco freguesias.³² Em pouco mais de duas décadas, a retração dos africanos foi muito expressiva. As pirâmides etárias da população escrava dessas localidades em 1848 e 1872 podem ser vistas nos Gráficos 3 e 4. A participação de crianças de 0 a 10 anos era de 22,7% na amostra de 1848 e de 19,5% no censo de 1872, para as cinco freguesias selecionadas, havendo uma pequena redução da proporção de crianças entre os dois momentos.³³ Por outro lado, o tráfico marcou a distribuição etária e de gênero em 1848, principalmente daqueles com idades entre 31 e 50 anos. Em 1872, os escravos dessa faixa etária passaram a ocupar extratos mais ido-

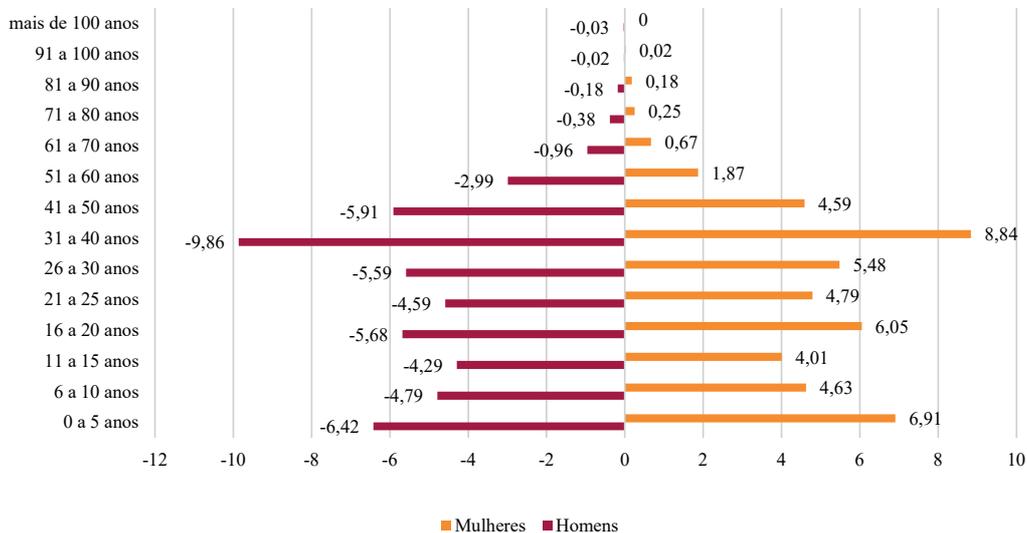
31 O reduzido número de informações para algumas idades talvez explique essa grande oscilação das razões de sexo, ocorrendo para as faixas etárias menores e principalmente mais elevadas.

32 Havia ainda 118 africanos livres nessas freguesias em 1872. A região em estudo mostrava uma maior presença africana do que o restante do Maranhão.

33 Podemos utilizar a Matrícula dos escravos de 1872/73 como alternativa ao censo de 1872. Contudo, só dispomos da informação por comarca e não vila ou freguesia, assim teremos que nos restringir às duas principais localidades em estudo: Codó e Caxias. Para essas duas, não observamos percentuais tão reduzidos de crianças de 0 a 14 anos, pois eram 35,7% em 1872/73, enquanto em 1848 eram 28,9%. Nesse comparativo, verificamos um incremento da população de crianças.

sos, e as razões de sexo reduziram-se fortemente para os indivíduos com idades de 31 a 50 anos. Este último resultado reforçou a ideia de exportação líquida de cativos para outras localidades e mesmo províncias. Destarte, verificamos um envelhecimento expressivo e maior equilíbrio numérico entre os sexos dos escravos durante o período.³⁴

Gráfico 3 – Pirâmide etária dos escravos das localidades (1848)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão. Mapas e relações dos escravos de 1848. Gráfico elaborado pelos autores.

Obs: Localidades de Cortes, Codó, Caxias, Tutóia e Vargem Grande.

Gráfico 4 – Pirâmide etária dos escravos das localidades (1872)



Fonte: Recenseamento do Brasil de 1872. Gráfico elaborado pelos autores.

Obs: Localidades de Cortes, Codó, Caxias, Tutóia e Vargem Grande.

Podemos utilizar a razão criança de 0 a 10 anos por mulher em idade fértil (16 a 50 anos) como *proxy* para a fecundidade da população cativa³⁵. Em 1848, a razão criança/mulher foi de 764

34 Em 1848, apenas para as faixas de 16 a 25 anos, havia a predominância numérica das mulheres em relação aos homens. Já em 1872, tal desequilíbrio ampliou-se para os com idades até 60 anos, chegando ao ápice da desproporção na faixa de 41 a 50 anos com uma razão de 75. Tal resultado aponta para o grande impacto dos fluxos emigratórios desde o segundo quartel do século XIX no perfil da população, concentrados em escravos homens e jovens. Ver em anexo a Tabela 2 para as razões de sexo por faixas etárias.

35 Tivemos de nos restringir às possibilidades de faixas etárias delimitadas pelo censo de 1872.

crianças para cada mil mulheres férteis³⁶. Quase um quarto de século depois, a razão chegou a 748 crianças por mil mulheres. Isso demonstra a estabilidade da capacidade reprodutiva da população cativa do Maranhão, apesar do seu envelhecimento. Desse modo, não observamos elevação da reprodução natural entre 1848 e 1872.³⁷ Devemos atentar que a emigração e alforria de escravos do Maranhão devem afetar tais resultados.

Podemos complementar tal resultado por meio das informações de batismos e óbitos para essas localidades em estudo. Os Relatórios de Presidente da Província nos fornecem tais dados para 1847 e 1850. A partir desses dois anos, observamos um total de 521 nascimentos registrados para 348 mortes. Não obstante um provável sub-registro de óbitos, verificamos um saldo positivo de incremento vegetativo dos escravizados de 173 pessoas nesses dois anos. Isso representa uma taxa geométrica anual média de apenas 1,3% ao ano de crescimento. Assim, a despeito da precariedade das informações paroquiais, há um indicativo de uma capacidade reprodutiva positiva do contingente escravo no meado do século XIX.

6 “ORIGENS” AFRICANAS DOS ESCRAVOS DO MARANHÃO

De acordo com o banco de dados do *The Trans-atlantic Slave Trade*, como exposto no Gráfico 1, o tráfico de escravizados para o Maranhão desembarcou cerca de noventa mil cativos entre 1752 e 1846 em 371 viagens.³⁸ A grande maioria das viagens partiu da Senegâmbia (Bissau, Cacheu, Guiné e Cabo Verde) e África Centro-Occidental (Benguela, Cabinda e Luanda), representando a primeira região 70,1%, e a segunda, 18,9%.³⁹ Para uma parcela dessas viagens, foi possível estimar a duração média da viagem (46 dias) e a mortalidade média no mar (9,1%). O perfil dessa amostra revelou que a grande maioria eram homens (64,5%) e a participação de crianças era bastante reduzida (19,0%).⁴⁰ O desembarque de africanos ocorreu de forma mais intensa entre 1780 e 1830, alcançando uma média superior a mil escravos por ano. O tráfico Atlântico atingiu seu ápice nas duas primeiras décadas do século XIX, que também foram de expansão econômica e das exportações (MOTA; BARROSO, 2017).

Para o Maranhão, Mota e Cunha (2017) verificaram as mudanças da origem dos africanos na passagem do século XVIII para o XIX, devido ao crescimento dos desembarques. Em pesquisa nos inventários *post mortem* para uma região de elevada produção agrícola, Ribeira do Itapecuru, entre 1785 e 1825, as autoras analisaram uma amostra de três mil escravos, dos quais 55% eram africanos. As alterações das origens africanas mostraram-se notórias:

No tempo da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-77), os escravizados eram denominados genericamente de “gentio da Guiné” ou de “Cacheu”, os dois principais portos de embarque de escravizados para o Norte. Mais à frente, no final dos setecentos, os espólios já demonstram o avanço do conhecimento dos avaliadores sobre os grupos étnicos trazidos para o Maranhão, uma vez que as listas passaram a indicar inúmeras outras denominações referentes à origem. Na amostra mencionada, sobressaíram os dados como “angola”,

36 Mota e Cunha (2017, p. 477) calcularam razões criança de 0 a 10 anos e mulher de 15 a 50 anos para a freguesia do Rosário no Maranhão, que chegou a 988 para os cativos e 1.373 para os livres em 1801. Isso demonstrava uma menor capacidade reprodutiva dos escravizados relativamente aos livres. Em comparação com a nossa amostra, houve uma redução da razão criança mulher.

37 Para o conjunto da província, verificamos uma proporção de crianças e uma razão criança mulher mais elevadas do que para a amostra selecionada para o nosso estudo, chegando respectivamente a 25,8% e 944 em 1872.

38 <http://www.slavevoyages.org>, consultado em 25 de novembro de 2018. Assunção (2015, p. 447) estima que entre 1755 e 1820 entraram 114 mil africanos. Para algumas dezenas de viagens, foi possível estabelecer o perfil dos escravos desembarcados. Ele concentrou-se nos homens, chegando entre 1757 a 1799, a 64,5% do total, e em idade ativa. Desses, as crianças chegaram a representar 19,0% entre 1761 a 1806.

39 A proibição do tráfico ao norte do Equador em 1815 facilitou o crescimento do tráfico para a região da África Centro-Occidental (Lei de 8 de junho de 1815).

40 A definição de criança pode variar, como informa o site: “Escravos imaturos. Definidos no tráfico de escravos britânico como indivíduos com menos de quatro pés e quatro polegadas (1,30 m) de altura ou com menos de 13-14 anos de idade. No decorrer dos 350 anos de história do tráfico de escravos transatlântico, os comandantes compraram mais adultos (80%) do que crianças (20%). As proporções etárias específicas variam conforme o tempo e o lugar.” (<http://www.slavevoyages.org>, consultado em 25 de novembro de 2018).

que perfizeram 12%, e os “mandinga” (9%); aparecendo em menor porcentagem estão os “bijagós”, “minas” e “Caxeus” (4%) (MOTA; CUNHA, 2017, p. 474).

Os resultados das autoras apontaram uma maioria de africanos para a população escrava maranhense, quando do grande afluxo de africanos diferente do nosso momento de estudo em 1848. Para a nossa pesquisa, o total chegou a representar pouco menos de um quarto dos escravos (23,7%), dos quais 5,7% não apresentam especificação do local de embarque na África. As “origens” africanas dos escravos são apresentadas na Tabela 5, abaixo. Os maiores contingentes saíram da região da África Centro-Occidental (Angola, Congo, Benguela, Cassange, Rebolo, Cabinda e Quissamã) e da Senegâmbia (Guiné, Bissau, Biafra, Benin e Cabo Verde). Os primeiros responderam por cerca de dois terços dos escravos africanos que tinham a origem na África conhecida (66,8%), enquanto os segundos respondinham por pouco mais de um quarto desse subtotal (28,6%). Ainda havia alguns escravos oriundos de outras áreas da África, principalmente de Moçambique (4,4%).

Tabela 5 – Escravos segundo a origem africana e nascidos no Brasil (Cortes, Codó, Caxias, Tutóia e Vargem Grande, 1848)

Origem	Número	%	Razão de Sexo	Idade média
Costa da África	362	5,7%	223	46,3
Benguela	72	1,1%	97	44,5
Moçambique	45	0,7%	246	45,7
Calabá	5	0,1%	*	*
Cassange	24	0,4%	200	49,6
Rebolo	13	0,2%	*	*
Mina	116	1,8%	183	46,7
Cabinda	186	3,0%	178	43,3
Angola	268	4,3%	120	40,9
Quissamã	1	0,0%	*	*
Congo	114	1,8%	192	42,9
Guiné	147	2,3%	151	43,0
Cabo Verde	3	0,0%	*	*
Guiné-Bissau	118	1,9%	100	42,9
Fulupa	13	0,2%	*	*
Nagô	4	0,1%	*	*
Crioulos (brasileiros)	4.811	76,3%	97	21,0
Total	6.302	100,0%	108	26,5

Obs: a razão de sexo foi calculada para as origens mais representativas.

Como já visto anteriormente, a razão de sexo foi muito elevada para os nascidos na África. Devemos atentar para as diferenças significativas entre os portos africanos. As maiores razões foram para Moçambique, Costa da África, Cassange, Congo, Mina e Cabinda. Os menores desequilíbrios ocorrem para Angola, Benguela e Guiné-Bissau. Ao contrário, entre os nascidos no Brasil, havia um maior número de mulheres do que homens. Não obstante o grande desequilíbrio numérico de homens e mulheres entre os africanos, a razão de sexo de todos os escravos mostrou-se numericamente mais equilibrada, por conta da grande maioria deles terem nascido no Brasil.

Outra diferença entre os africanos e o conjunto dos escravos ocorreu para suas idades. Os primeiros detinham uma idade média mais avançada (44 anos), já para os crioulos nascidos no Brasil, era de apenas 21 anos. Isso sinaliza que a maior leva de africanos chegou ainda antes da proibição do tráfico de 1831. Houve pequena diferença das idades médias entre os portos de embarque na África; apenas para Angola verificamos uma idade um pouco menor (40,9 anos), talvez um fluxo relativamente mais recente. Desse modo, os últimos africanos chegados ao Maranhão devem ter sido proporcionalmente mais originários de Angola. Por fim, os “oriundos” de Cassange (49,6

anos), Mina (46,7 anos) e Moçambique (45,7) detinham idades mais elevadas, provavelmente tendo chegado antes no Maranhão do que os de Angola. Novamente, verificamos que as informações de caráter censitário de 1848 corroboram e ampliam os resultados conhecidos a partir da base de dados do *The Trans-atlantic Slave Trade*.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia e a demografia do Maranhão expandiram-se ao final do século XVIII e início do século XIX, atendendo à demanda externa de algodão. A introdução de grandes levas de africanos via tráfico possibilitou a expansão de sua população escravizada. A partir do início do Império, houve uma expressiva retração do tráfico e estagnação das exportações. Todavia, o crescimento da população escrava continuou a ocorrer pelo menos até 1838 e se tornou cada vez menos dependente do tráfico de africanos ao longo da primeira metade do século XIX. Posteriormente, a população cativa declinou gradativamente, e a proporção dos escravos no total de habitantes retraiu-se de forma mais acentuada, marcada pelas fugas, alforrias e migrações para outras províncias de parcela significativa dos escravos.

As informações levantadas das localidades maranhenses para 1848 permitiram demonstrar a presença africana expressiva, mesmo muitos anos após a retração do tráfico Atlântico. Esse levantamento demográfico nos permitiu debater o impacto da dinâmica de desembarque dos escravos sobre o perfil populacional. A proporção de africanos e a razão de sexo elevadas para os de idade mais avançadas em 1848 refletiram o intenso tráfico do início do século XIX, originado de diferentes regiões da África. Outrossim, uma razão de sexo mais próxima do equilíbrio nas faixas etárias mais jovens nesse ano decorreu da redução expressiva do tráfico e do crescimento vegetativo positivo dos escravos. Posteriormente, o crescimento das alforrias e principalmente do tráfico interno, mormente de homens destinado a outras províncias, manteve um certo equilíbrio nas razões de sexo até 1872. A população escravizada, e sobretudo a africana maranhense, sofreu grandes mudanças demográficas do segundo para o terceiro quartel do século XIX, antes do ocorrido para o Sudeste brasileiro com o encerramento do tráfico Atlântico.

A análise da participação dos africanos no contingente escravizado das localidades em estudo segundo as suas idades em 1848 permitiu-nos notar que os movimentos imigratórios ocorreram em maior intensidade para as faixas etárias mais elevadas do que para as faixas mais jovens. Tal resultado mostrou-se coerente com os informes do tráfico disponíveis e o comportamento das exportações do Maranhão. Os africanos presentes nesse recenseamento originaram-se de diferentes regiões da África, predominando os da África Centro-Occidental. Os angolanos constituíam o grupo mais recentemente chegado ao Maranhão por meio do tráfico. Os levantamentos demográficos que informam idade e origem dos escravos possibilitam a compreensão da dinâmica retrospectiva dos fluxos de africanos relativamente ao conjunto da população cativa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. P. S. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial pelo excelentíssimo senhor presidente da província, major Francisco Primo de Sousa Aguiar, no dia 3 de julho de 1861, acompanhado do relatório com que foi transmitida a administração da mesma província.** São Luís: Tipografia Constitucional de I. J. Ferreira, 1861.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Mapa dos escravos existentes no 1º Distrito da vila da Tutóia, 1848.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Mapa dos escravos pertencentes a freguesia de São João de Cortes no mês de setembro de 1848.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Relação de todos os escravos desta freguesia de S. J. e Conceição da cidade de Caxias (1º Distrito), 1848.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Relação exata dos escravos existentes no 1º distrito da freguesia São Sebastião da vila da Vargem Grande de Iguará, 1848.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Relações dos escravos pertencentes [nome de cada proprietário] termo da vila de Codó, 1848.

ARRUDA, J. J. de A. **O Brasil no comércio colonial.** São Paulo: Ática, 1980.

ASSUNÇÃO, M. R. Cultura popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX. **Revista de Políticas Públicas**, v. 3, n. 1/2, p. 29-65, 1999.

ASSUNÇÃO, M. R. **De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista, Maranhão (1800-1850).** São Paulo: Annablume, 2015.

ASSUNÇÃO, M. R. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 14, p. 32-71, abr. 2000.

BANCO DE DADOS DO TRÁFICO DE ESCRAVOS TRANSATLÂNTICO. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org>

BOTELHO, T. R. População e espaço nacional no Brasil no século XIX. **Cadernos de História**, v. 7, n. 8, p. 67-83, 2005.

CARREIRA, A. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

CASTRO, A. O. Gomes de. **Relatório lido pelo excelentíssimo senhor presidente, dr. A. O. Gomes de Castro, por ocasião da instalação da Assembleia Legislativa desta província no dia 3 de maio de 1871.** São Luís do Maranhão: Typ. B. de Mattos, 1871.

DIAS, M. N. **Fomento e Mercantilismo: a Companhia do Grão Pará e Maranhão (1755-1778).** Belém: UFPA, 1970.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Quadros gerais: recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872.** Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876. [<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>.] Acesso em: 28 abr. 2022.

- GAIOSO, R. J. De S. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros de Mundo Inteiro, 1970.
- GENNARI, E. **Em busca da liberdade**: traços das lutas escravas no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- GOMES, F. Africanos e crioulos no campesinato negro do Maranhão oitocentista. **Outros Tempos**, v. 8, n. 11, p. 63-88, 2011.
- KLEIN, H. S. A demografia do tráfico Atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 17, n. 2, p. 129-149, maio/ago. 1987.
- KLEIN, H. S.; LUNA, F. V.; OLIVEIRA, L.L.; MARCONDES, R.L. Dinâmica comparada: fluxos dos escravizados africanos em São Paulo, Minas Gerais e Maranhão (1804-1848). **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-26, 2022.
- LAGO, A. B. P. do. **Estatística histórico-geográfico da província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- LOPES, D. C. da S. **Direito e escravidão**: embates acerca da liberdade jurídica de escravos na província do Maranhão (1860-1888). Dissertação (Mestrado em História Social) – CCH/UFMA, 2013.
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Slave economy and Society in Minas Gerais and São Paulo, Brazil in 1830. **Journal of Latin American Studies**, v. 36, n. 1, p. 1-28, fev. 2004.
- MARQUESE, R.; SALLES, R. (org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MIRANDA, João Antonio de. **Discurso recitado pelo Ex. Sr. Doutor João Antonio de Miranda presidente da província do Maranhão na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de julho de 1841**. Maranhão: Tipographia Monarchica, 1841.
- MOTA, A. da S. Família e fortuna no Maranhão setecentista. *In*: COSTA, Wagner Cabral da. **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: Edufma, 2004. p. 51-80.
- MOTA, A. da S.; BARROSO, D. S. Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850). **Revista de História**, n. 176, p. 1-41, 2017.
- MOTA, A. da S.; CUNHA, M. F. da. No âmago da africanização: pessoas negras e de cor nos mapas populacionais do Maranhão colonial (1798-1821). **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 34, n. 3, p. 465-484, set./dez. 2017.
- NOZOE, N.; COSTA, I. D. N. da. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 34, p. 175-182, 1992.
- PENNA, Herculano Ferreira. **Fala dirigida pelo exm. presidente da província do Maranhão, Herculano Ferreira Penna, à Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 14 de outubro de 1849**. Maranhão: Typ. de J. A. G. de Magalhães, 1849.
- PEREIRA, T. A. Z. The rise of the brazilian cotton trade in Britain during the Industrial Revolution. **Journal of Latin American Studies**, v. 50, p. 919-949, 2018a.
- PEREIRA, T. Z. Poor Man's Crop? Slavery in Brazilian cotton regions (1800-1850). **Estudos Econômicos**, v. 48, n. 4, p. 623-655, out./dez. 2018b.

RIBEIRO, J. A. J. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850/1888)**. São Luís: SIOGE, 1990.

RODARTE, M. M. S.; BARBIERI, A. F. Urbanização e consistência de informações censitárias no dezoito mineiro. **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**. Caxambu: ABEP, 1998.

RODRIGUES, J. “Neste tráfico não há lugar reservado”: traficantes portugueses no comércio de africanos para o Brasil entre 1818 e 1828. **História**, v. 36, p. 1-18, 2017.

RODRIGUES, T. L. M. **“Olhares” sobre o cotidiano da freguesia de Nossa Senhora da Vitória (1848-1855)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS/UFMA, 2018.

SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil**. Paris: J. P. Ailaud, 1845.

SANTOS, M. J. V. S. **A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão**. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, D. B. D. da. The Atlantic Slave Trade to Maranhão, 1680–1846: Volume, Routes and Organisation. **Slavery & Abolition**, v. 29, n. 4, p. 477–501, 2008.

TOMICH, D. **Pelo prisma da escravidão: Trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Edusp, 2011.

VIVEIROS, J. **História do comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

